

O Ecofascismo

Carlos Taibo



Baixar PDF (Grátis)

Para Ver o PDF, Baixe Aqui

Merge Docs Now

ABRIR

Copyleft – Copie e Distribua livremente

Capítulo 5 do livro **Colapso – capitalismo terminal, transição ecossocial, ecofascismo** de Carlos Taibo.

Tradução por Editora Subta.

Disponível em we.riseup.net/subta/



O Ecofascismo

“Existem razões para estarmos inquietos, porque agora sabemos que vivemos em um tipo de sociedade que possibilitou o Holocausto e que não tinha nada que pudesse evitar que o Holocausto acontecesse” **Zygmunt Bauman**

“O passo da barbárie à civilização exigiu um século; o passo da civilização à barbárie necessita apenas um dia” **Will Durant**

Já indiquei que a contribuição dos movimentos através da transição ecossocial não é a única resposta imaginável ao colapso. É preciso prestar atenção, em vez disso, a uma outra muito diferente, que vem da mão do que alguns estudiosos chamam de *ecofascismo*. Este último é baseado na intuição de que para resolver eficientemente o problema geral da escassez não há outra solução do que propiciar um rápido e forte declínio no número de seres humanos que povoam o planeta.

Tal aposta carrega, claro, a marginalização, e, neste caso, o extermínio, de boa parte da população, amparada na aplicação de delicados critérios para determinar quem fica e quem não. Se às vezes a opção de exclusão e de extermínio justifica-se em virtude de códigos religiosos, outras invoca um mero poder material e algumas vezes se vale de presumidas exigências naturais, ela sempre opera com base em uma ideia matriz: a de que a Terra não pode mais.

Admito que, inevitavelmente, o emprego do prefixo *eco-*, comumente conotado de forma positiva, acaba produzindo alguma surpresa quando usado para retratar uma realidade tão negativa como a que agora me ocupa. Terei a oportunidade de destacar,



no entanto, que distintas manifestações da ecologia estiveram presentes, de forma indelével, nas formulações ideológicas, e nas práticas cotidianas, de movimentos de corte fascista. É importante deixar claro, contudo, que hoje, ao falar de ecofascismo, não estou pensando – ou não estou pensando fundamentalmente – em eventuais versões *verdes* de forças políticas de extrema direita, mais ou menos marginais. Penso, pelo contrário, em abordagens que vêm à luz no ceio de instâncias políticas e econômicas de primeira ordem. Convém discutir, em qualquer caso, que, falando propriamente, o ecofascismo seja uma resposta frente ao colapso: na verdade, parece que ele é, pelo contrário, uma manifestação precisa deste último.

O ecofascismo primeiro: a Alemanha hitleriana

Ecofascism Revisited (O ecofascismo revisitado), o livro de Janet Biehl e Peter Staudenmaier, é, acima de tudo, um estudo da proposta ecofascista assumida pelos nazistas alemães. Nas páginas dessa obra, recorda-se prontamente que no Partido Alemão Nacional Socialista operava um influente grupo de pressão ecologista dedicado a tarefas variadas, como a adoração da natureza, o renascimento da vida rural ou o vegetarianismo. Essa corrente foi o produto de uma síntese muito singular entre naturalismo e nacionalismo de Estado, forjada ao calor da influência do irracionalismo anti-ilustrado próprio de determinadas manifestações do romantismo alemão. Por trás de muitas destas posições era fácil notar, além disso, um vínculo entre pureza ambiental e pureza racial. As tradições e a língua se relacionavam então com uma paisagem ancestral que desenhava seres humanos vinculados a ela e outros totalmente afastados. Os primeiros se referiam, no caso que me ocupa, à “essência alemã” da que fala Rudolf Bahro. Era preciso separar, então, e em virtude da lei natural, umas culturas de outras e privilegiar, como faz Herbert Gruhl, as que possuem as melhores perspectivas em



matéria de sobrevivência, que são as que estão melhor armadas e as que sabem preservar seus recursos. Desde esse ponto de vista, e adicionando-se, claro, a noção do autoritarismo e da repressão, é possível entender o extermínio dos judeus europeus durante a segunda guerra mundial e a rejeição abrupta dedicada aos imigrantes. Biehl conclui, com argumento certo, que “esta combinação de nacionalismo, autoritarismo e admiração por líderes carismáticos, legitimada por uma ‘ecologia’ mística e biologicista, é potencialmente catastrófica no terreno social”. Staudenmaier aponta que a guerra travada com esses fundamentos não foi apenas genocida: teve também um caráter ecocida plasmado num formidável exercício de violência contra a natureza.

Biehl e Staudenmaier ressaltam que seria, contudo, um erro considerar esta corrente ecologista como um mero adorno da paraférenia tecnocrática-industrial dos nazistas. Nos fatos, e antes deles, a maioria dos ideólogos nacional-socialistas participava de um romantismo agrário e de um anti-urbanismo que reclamava um processo de re-agrarização. Em março de 1933, foram aprovadas leis que acarretaram, em todos os níveis, programas de reflorestamento, medidas de proteção de animais e plantas, e decretos que limitavam o desenvolvimento industrial. Em 1935, ganhou corpo, por outro lado, uma lei de proteção da natureza voltada a proteger a flora, a fauna e os “monumentos naturais” do *Reich*. É importante enfatizar, contudo, que o fenômeno que me atrai agora não foi de modo algum exclusivo da Alemanha hitlerista. Se fez valer também, muito pelo contrário, na Itália fascista, sob a forma de políticas de desenvolvimento ruralizantes e de esforços de reflorestamento, estreitamente ligados, como se poderia esperar, com uma ideologia nacionalista e racista. Os exemplos mencionados nos colocam de sobre-aviso, é claro, frente a possíveis usos abjetos da ecologia.

Convém, no entanto, dar mais um passo e formular alguma consideração relativa ao contexto em que ganhou corpo o ecofascismo primeiro. O melhor guia a esse respeito é por acaso um



livro de Carl Amery que leva o título de *Hitler aus Vorläufer: Auschwitz – der Beginn des 21 Jahrhunderts? (Hitler como precursor: Auschwitz, começa o século XXI?)*. Essencialmente, Amery ressalta que seria um grande erro concluir que as políticas abraçadas pelos nazistas alemães remetem a um momento histórico singularíssimo, conjuntural e, por isso, afortunadamente irrepetível. Amery nos exorta, pelo contrário, a estudar em detalhes essas políticas dado que elas podem reaparecer, nos próximos anos, dessa vez não defendidas por grupos ultra-marginais de neonazis, mas postuladas – já sugeri isso antes – por alguns dos principais centros de poder político e econômico, cada vez mais conscientes da escassez geral que se aproxima e cada vez mais firmemente decididos a preservar esses recursos escassos em umas poucas mãos em virtude de um projeto de darwinismo social militarizado.

Sobram, além disso, razões para afirmar que existem estreitos vínculos entre o nazismo, por um lado, e o racismo e o imperialismo característicos do século XIX, por outro. Zygmunt Bauman apontou muito bem que “o Holocausto nasceu e foi executado em nossa moderna sociedade racional, num alto estado de nossa civilização e no auge da realização cultural humana, e por essa razão é um problema de nossa sociedade, civilização e cultura”. Theodor W. Adorno, por sua parte, viu no nazismo a manifestação de uma barbárie “inscrita no princípio mesmo da civilização”. Em toda esta trama, é muito relevante o conceito de *Lebensraum* (espaço vital). Goebbels apontou que o objetivo da guerra era garantir aos alemães “um grande café da manhã, um grande almoço e uma grande janta”, sem que para alcançá-lo, aparentemente, houvesse importância que as pessoas não alemãs morressem de fome. Essa promessa de uma vida melhor que se circunscrevia aos nossos reclamava, nas palavras de Amery, um “programa assassino que seria executado por um povo superior” e que outorgaria a este o “poder e bem-estar através de uma agressão permanente, ao mesmo tempo que combatia a limitação dos recursos do planeta mediante a correspondente submissão e dizimação dos povos escravos”.

